

DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS NO ENSINO À DISTÂNCIA

Luiz Antônio MARCUSCHI (UFPE)

1. Definição do tema

Esta exposição busca contribuir para a identificação de alguns dos desafios que se apresentam ao lingüista na produção de materiais para o *Ensino à Distância* (ED), particularmente o ensino de *Língua Portuguesa* (LP). **Ensino à Distância** é tomado aqui como termo genérico que cobre um conjunto de iniciativas não ortodoxas de ensino-aprendizagem. Trata-se de uma proposta educacional com algumas características do ensino formal mas efetivada em contextos informais, sem a presença do professor na sua forma tradicional e realizada com uso intenso de multimeios. É importante não confundir o ED com uma de suas formas mais comuns de realização: o telecurso.¹

Para fundamentar a exposição, partirei de minha experiência recente como Consultor do *TELECURSO*

¹ Existem muitos autores que quando falam em *Ensino à Distância* subentendem exclusivamente os Telecursos. Esta é uma redução muito drástica, pois o rádio tem sido usado com grande sucesso em muitos casos para cursos de ED. De igual forma o correio é usado no caso do ensino à distância feito por correspondência (o que não deixa de ser uma tipo de ED). Também existem os Cursos do tipo Universidade Aberta (de Londres, por exemplo), que investem em materiais impressos e os alunos estudam em casa e fazem provas por correspondência.

2000 (TC 2000), da **FRM** e **Sistema FIESP**² para as aulas de LP. Gostaria de ser bem entendido nesta exposição, pois não vou defender o TC 2000, nem vou fornecer um roteiro para um curso de LP no ED; pretendo apontar alguns dos aspectos mais delicados na tarefa de produção de materiais para Língua Portuguesa.

2. Identificação das questões básicas

De um modo geral, o ED apresenta alguns problemas que não aparecem no ensino presencial em sala de aula. Problemas esses que se devem essencialmente às especiais condições de produção, transmissão, recepção e uso dos materiais de ensino. E para o ensino de língua os problemas se tornam particularmente agudos tendo em vista que a língua é um fenômeno bastante heterogêneo.

² Refiro-me à minha atividade como consultor da **FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (FRM)** e **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP)**, para quem trabalhei na produção das aulas de Língua Portuguesa de 1º e 2º Graus. Também colaborei na montagem e análise dos roteiros e dos filmes; na elaboração das diretrizes para os professores que elaboraram as aulas das demais disciplinas e nas diretrizes para os monitores que acompanharão os alunos nas telessalas. Esta experiência durou cerca de dois anos e meio e servirá aqui de base para minha exposição. O **TELECURSO 2000** foi concebido sobretudo como um projeto de *educação para a cidadania* voltado preferencialmente para o trabalhador. Seus conteúdos abarcam os programas básicos de 1º e 2º Graus, bem como um Curso Profissionalizante em áreas da Mecânica. A produção das aulas e sua exibição é uma iniciativa da **FRM** e do **Sistema FIESP**. Friso que se trata de um projeto totalmente concebido, realizado, financiado, divulgado e implantado pela iniciativa privada.

Esses desafios extrapolam o domínio da *mídia* específica que veiculará as aulas e os materiais: seja ela a TV, o Rádio, o Jornal, a Internet, o Livro etc. Além disso, cada um desses meios de transmissão e acesso aos materiais veiculados traz exigências e restrições próprias. Um Telecurso, por exemplo, é um curso que tem na tecnologia televisiva **um** de seus pilares, mas ele não se confunde com o meio televisivo nem se esgota na produção de um filme. Além dos filmes, serão necessários materiais impressos para que se dê a fixação do aprendizado pelos exercícios e para que haja um controle do que foi aprendido. Portanto, pensar um curso desse tipo é pensar um conjunto de materiais com formas diferenciadas.³

Outro aspecto essencial é o que diz respeito à “*clientela*” a ser atingida, pois o aluno deve ser desenhado com grande precisão pelo idealizador de um curso de ED.

Não se pode fazer um curso genérico sem uma definição de seu receptor. O ED deve ter clara consciência de seu público alvo: orienta-se ao trabalhador adulto? Ao adolescente? À criança? A um público rural ou urbano? Também deve ter clareza quanto ao objetivo a que visa: busca chegar a algum tipo de terminalidade, por exemplo, um exame final para o 1º Grau ou 2º Grau? Ou então um Curso profissionalizante? Ou deseja apenas fornecer

³ Observo, pois, que esse nome “*Telecurso*” é um tanto enganador quando dá a impressão de ser um curso pela TV. Na realidade, apenas parte do material (talvez o menos relevante) é que é veiculado pela TV. Uma das funções básicas do programa de aula veiculado pela TV deveria **ser manter o aluno no cronograma das aulas**. Pois o seguimento das aulas pela TV obrigaria o aluno a estar sempre em dia com o tema.

materiais complementares ou auxiliares para uso em sala de aula? Ou pretende veicular conhecimentos gerais para a formação integral do cidadão? Ou é um curso de ED em questões de cidadania, por exemplo, a importância da higiene, da amamentação, da prevenção em saúde, do respeito ao trânsito, do cuidado com as drogas e assim por diante.

Uma vez identificados a **mídia**, o público alvo, a área e os objetivos, o Curso deve formatar-se de acordo com a natureza dos conteúdos exigidos pelas agências que o encomendam ou o destino que tem. Por exemplo, se for para chegar à terminalidade dos 1º e 2º Graus, deve cumprir os conteúdos propostos pelas Secretarias de Educação **ou elaborar conteúdos alternativos** e ter força política suficiente para impor esses conteúdos como válidos, sugerindo inclusive as formas de aferição.⁴

Finalmente, deve definir com clareza as formas de recepção a fim de que possa ser utilizado de acordo com

⁴ Embora aparentemente sem significação maior, esta observação é central, pois sem o aval das Secretarias de Educação, os Cursos não serão reconhecidos. O *TELECURSO 2000*, por exemplo, teve que negociar com as Secretarias de Educação de todos os Estados os conteúdos propostos já que pretendia servir para obtenção do diploma de 1ª ou 2º Graus. Estas negociações envolveram a exposição dos conteúdos em planilhas e uma indicação das formas de recepção do Curso, bem como a comprovação de como seriam montadas as aferições. Hoje, esta negociação está concluída e o Curso como tal é reconhecido em seu conteúdo básico como alternativa, não necessitando de provas feitas pela própria Secretaria. Quem monta as provas é a Fundação Carlos Chagas que elabora as provas individualmente para cada Secretaria a partir de um banco de quesitos elaborado com base nos conteúdos dos livros e das aulas de TV do *TELECURSO 2000*.

uma programação prevista. Essas formas de recepção irão variar muito em se tratando de TV, rádio, correio, jornal ou outro meio qualquer. Além disso, irão ser diversos os materiais e as formas de ação junto aos alunos, se eles trabalharão em telepostos em turmas com monitores, ou se com acompanhamento organizado, mas recepção individual, ou então se a recepção é isolada com contatos de iniciativa pessoal mediante correspondência. Essa definição é fundamental porque dela dependerá a natureza dos materiais.

3. Natureza dos materiais

Quanto à natureza dos materiais, particularmente os de LP, as dificuldades são imensas se olharmos de modo específico a situação brasileira. Suponhamos que os materiais devam servir para uma clientela bem definida (por exemplo, os trabalhadores adultos que não concluíram os 1º ou 2º Graus), de todo o território nacional. O primeiro problema a resolver será: **qual o tipo de linguagem preferencial a ser usada?** Pois nós sabemos (embora não conheçamos todos os detalhes), que o português brasileiro varia bastante de Norte a Sul, especialmente no que tange ao vocabulário, mas também na pronúncia e na prosódia.

Por outro lado, sabemos que habitantes urbanos e rurais não têm os mesmos interesses, costumes, usos e linguagens. Nem produzem os mesmo tipos textuais e não fazem uso da escrita com a mesma intensidade.

A questão concreta que se coloca é: **como respeitar a variedade lingüística na ED?** Certamente, muitos pensariam que a melhor forma seria adotar uma

linguagem situada no meio termo, por exemplo, a linguagem jornalística de um modo geral e, ao longo dos estudos, ir contemplando a diversidade. Contudo, não existe **meio termo** em questões de língua. Existem identidades sempre bem marcadas. Nós sabemos que a imprensa escrita diária veicula uma suposta média lingüística razoavelmente bem distribuída entre uma certa camada da população no país. Também o rádio e a TV têm uma média de linguagem bastante bem definida, mas todos têm reservas quanto às variedades rurais e dos Estados nordestinos. Essas fontes podem servir de ponto de partida, devido à facilidade de acesso e não à sua exemplaridade, quando se pretende tratar elaborar materiais para Cursos de ED.⁵

Mas não é só a linguagem que é diversificada: são as tradições, os usos, as comidas, as roupas, os conhecimentos práticos etc. que se diferenciam. O problema, aqui, é **como superar atitudes etnocêntricas?** Contemplar essa variedade sócio-cultural significa

⁵ Gostaria de lembrar aqui que uma das razões que levaram a FRM e a FIESP a produzirem o TELECURSO 2000 foi precisamente a inadequação dos materiais do antigo Telecurso. Se olharmos as aulas de Língua Portuguesa naquele Curso antigo veremos que os assuntos eram tratados de maneira completamente hermética para o aluno típico de Telecurso. Tanto o nível como a forma de tratamento eram complexos. Por outro lado, o curso de Língua Portuguesa era quase todo um curso de Literatura e gramática. As aulas dos filmes eram fundadas em geral na figura do professor que tudo explicava num quadro negro. Tanto assim que aqueles materiais tinham mais sucesso na escola formal do que no ensino à distância como tal. Contudo, não havia um controle da aprendizagem e do rendimento do telecurso antigo, de maneira que não se sabe exatamente como ele rendia de fato.

considerar situações diversas e diversificadas, mas sempre acessíveis de uma ou outra forma. Isto pode ser retratado no léxico e nos temas abordados, na medida em que os textos propostos sejam representativos da variedade.

É evidente que a literatura não deve estar ausente e, na medida do possível, sua abrangência deveria ser ampla incluindo também as manifestações populares e a literatura regional. Do meu ponto de vista, não deveria haver um posicionamento explícito quanto a religião, política e outros aspectos dessa natureza, e nunca deveria ser incentivado o que conspira contra o bom senso, por exemplo, o racismo, o sectarismo religioso, o preconceito contra certas profissões ou a facciosidade política. Embora pareça deslocada, esta observação pode evitar escorregões. Um aspecto delicado, mas que deve ser cuidado é o que se refere ao respeito ao conhecimento popular. Quanto a isso, uma experiência interessante ao longo da montagem dos materiais do *TC 2000* foi a descoberta de que os **provérbios**, os **ditos populares**, as **frases feitas** e outros aspectos da sabedoria popular eram uma fonte muito boa para estudos lingüísticos. Os provérbios encerram construções sintáticas, seleções lexicais, questões cognitivas e outros aspectos interessantes e que podem ser utilizados com grande proveito no ensino. Servem inclusive como ponto de partida para discussões e reflexões críticas sobre o tipo de conhecimento envolvido. Servem para desenvolver habilidades argumentativas de outra forma dificilmente tratáveis.

As observações feitas até aqui podem ser resumidas numa única palavra: **variação**. Seja ela a variação ideológica, a variação temática, a variação

cultural ou a variação lingüística. Se acreditamos que linguagem, sociedade e cultura têm muito a ver uma com a outra, parece que não podemos deixar de contemplá-las em suas manifestações concretas até mesmo para interferirmos em situações que nos parecem obsoletas ou inadequadas. Portanto, quanto à sua natureza, os materiais veiculados no ED devem contemplar a variedade de situações e fenômenos lingüisticamente manifestos.

4. Definição da abordagem

Quanto à natureza da abordagem dos materiais, trata-se de uma definição muito complexa. Em primeiro lugar, será de extrema importância, não só para o ED, mas para qualquer tipo de ensino, que se tenha uma **noção de linguagem** explícita e clara. Tomar a linguagem como uma forma de ação e não esgotá-la apenas como **código** ou **instrumento**. A linguagem deve ser vista como um conjunto de atividades cognitivas e interativas que envolvem ação e contexto para a construção de sentidos no discurso. Dessa noção dependerá em boa medida o tratamento dos exercícios de compreensão, de aprofundamento gramatical, de produção textual e assim por diante.

Em segundo lugar, seria bom não conceber linguagem como **língua escrita** apenas. Isto obriga a considerar, especialmente no caso de um curso de LP, a **oralidade** como um aspecto pertinente no ensino. Neste caso, oralidade e escrita devem ser constantemente postas em relação para se mostrar formas diversas de se expressar. Afinal de contas, os textos possíveis se dividem

em dois conjuntos quanto aos produtos: **textos falados** e **textos escritos**. Tratar a oralidade é considerar um grande conjunto de fatores normalmente ignorados no ensino de língua.

Portanto, embora a prioridade deva ser de fato a escrita no caso do ensino de língua, não se pode deixar de tratar a fala. Certamente, surgirá a pergunta: **de que fala se trata?** A resposta deve ser dada no contexto do que vimos acima, ou seja, respeitar a variação lingüística.

O problema apontado acima se torna crucial especialmente na **seleção de textos**. Estes devem contemplar tanto a escrita como a fala⁶, mas sobretudo devem também representar a **diversidade tipológica**, contendo os mais diversos gêneros produzidos. Não se pode fixar a seleção apenas em narrativas, poemas e algumas exposições ou descrições. Uma experiência interessante e bem sucedida no caso do *TC 2000* foi o uso intenso de textos do dia a dia como base para trabalho. Por exemplo, instruções de uso, contratos, anúncios publicitários, formulários (uma fonte para o exercício de preenchimento de lugares vazios e aprendizagem de vocabulário), cartas, bilhetes, memorandos, atas, receitas, avisos, telegramas, e outros gêneros ou formas textuais muito úteis e que todos praticam nas diversas situações da

⁶ É evidente que não estou imaginando que se deva pôr nos livros transcrições de fala, já que isto os tornaria quase ilegíveis a não-especialistas no assunto. Imagino, porém, que é possível dar as características básicas da fala trabalhando gravações espontâneas, ou radiofônicas e televisivas. A questão aqui é **como** trabalhar. Ou seja. Trata-se de desenvolver uma metodologia adequada.

vida diária. A idéia é tornar esse ensino engajado à própria situação do dia a dia. E quanto à fala, tratou-se de sugerir o mesmo conteúdo transmitido na carta agora transmitido por um telefonema, ou então o conteúdo de uma instrução de uso repassado oralmente e assim pr diante. Pois tudo o que podemos dizer por escrito também podemos fazer oralmente. Trata-se de observar em que mudam as estratégias da formulação textual num e noutra caso.

O certo é que os materiais devem ser interessantes, estimulantes e úteis para a aprendizagem formal de fenômenos ao mesmo tempo ligados à língua e de relevância para vida diária. Claro que não se trata de propor um ensino puramente pragmático e voltado para o aprendizado das polêmicas **habilidades básicas**⁷, pois um curso de LP não é um tratado de boas maneiras nem um conjunto de receitas para a produção textual. Trata-se, isso sim, de um **ensino contextualizado**. Assim, se o curso for dirigido a trabalhadores adultos (caso do *TC 2000*), deve contemplar situações de trabalho e ter em mente as necessidades desse trabalhador adulto que já tem uma experiência negativa em relação ao ensino e que pretende subir na vida e melhorar suas condições pessoais através do conhecimento e da obtenção de um certificado de conclusão do ensino fundamental.

⁷ Não importa o que cada um de nós entende com **habilidades básicas**. O Certo é que elas não correspondem, aqui, ao que se convencionou chamar de **basic skills**. Habilidades básicas trata-se de um conjunto de aptidões que fazem com que o cidadão se torne independente diante de sua realidade cotidiana e das exigências normais da sociedade em que vive. Essas habilidades não são universais nem únicas. Variam de tempos em tempos e de cultura para cultura.

5. A construção dos materiais numa integração de multimeios

Um aspecto que não deve ser descurado no ED é que em geral ele se dá, tal como lembrado acima, numa integração de multimeios. Não é um ensino baseado apenas no livro distribuído ou no filme apresentado. Contudo, tanto o filme como o livro devem ser **autocontidos**, embora mantenham entre si estreita relação, sem ser mera repetição um do outro. No caso de um telecurso, os materiais televisivos devem relacionar-se com os materiais impressos da respectiva aula, mas não podem ficar presos apenas à aula impressa. A TV deve trazer outros elementos que se adequam ao seu tipo de operação e às suas características enquanto meio de comunicação.

Em relação aos filmes, há várias alternativas, todas dependentes das condições técnicas e financeiras de quem produz os materiais. A TV serve muito bem para veicular e animar certo tipo de conhecimento, especialmente em relação à língua, que o material impresso não consegue. Por exemplo, a variação de pronúncias no país, a variação lexical e a variação cultural são melhor representadas na TV que no livro impresso. Assim, pode-se completar com a TV o que o livro apenas levanta sob o ponto de vista teórico. Também no caso do rádio isso pode ser feito dessa maneira.

Observe-se, pois, que o ED, quando produzido numa integração de meios, pode tirar grande vantagem desta situação e distribuir de forma harmônica os conhecimentos e os temas.

6. Formas de transmissão e recepção

O ED é, por definição, um tipo de ensino em que não se conta com a presença do professor na sua forma tradicional. Mas não é um tipo de ensino fundado no autodidatismo. Trata-se de uma alternativa informal de ensino cuja orientação deve vir embutida na própria natureza dos materiais. Por isso, os materiais produzidos devem levar em conta, além do perfil da clientela, também o perfil da sua recepção. Digamos que seja pela via da TV e dos livros impressos. Mesmo assim, pode-se imaginar várias alternativas, todas muito difíceis de superar no caso da LP.

Fundamentalmente, no caso do *TC 2000*, por exemplo, imaginaram-se três formas de recepção que em princípio poderiam ser produtivas, mas com expectativas diferenciadas. A primeira forma e a mais produtiva é a **recepção organizada**, que se dá em telepostos ou telessalas em fábricas, escolas, associações de moradores, sindicatos etc. Um monitor acompanharia um grupo e auxiliaria em eventuais problemas, tirando dúvidas, mas não se trataria de um professor no sentido técnico do termo, pois ele não entenderia de todas as disciplinas do mesmo modo. Uma segunda forma de recepção seria a **recepção controlada**, que se daria individualmente em casa, mas que contaria com um sistema de apoio na escola ou outro centro determinado pela Secretaria de Educação para resolver eventuais dúvidas, acompanhar o aprendizado, aconselhar em questões específicas, suprir mais materiais desejados e assim por diante. A terceira forma seria a **recepção livre**, que se daria como recepção

individual e sem o apoio de um aparato imediato na vizinhança. O contato seria todo através de cartas e as provas seriam feitas nas datas marcadas pela Secretaria de Educação da respectiva região.

Seguramente, esta última forma de recepção é a mais desprivilegiada, embora não seja a menos praticada tendo em vista a extensão do país e as dificuldades de oportunidade de muitos telealunos. E é para estes alunos que a situação se torna particularmente difícil e oferece problemas graves aos que organizam os materiais instrucionais. Materiais que devem ser autocontidos, não devem supor um aluno autodidata e devem considerar tratar-se de pessoas com pouco tempo, poucas condições de aprendizagem e poucas condições de aproveitamento.

Nessas condições não será fácil produzir materiais eficazes. Por isso é imprescindível definir os objetivos e a clientela bem como a forma de recepção dos materiais. Embora esse não seja um problema lingüístico, oferece desafios aos lingüistas.

7. Os desafios aos lingüistas

Três desafios são particularmente intrigantes para os lingüistas na produção dos materiais para cursos de ED no caso de LP nas condições apontadas acima.

(a) **Como superar a ausência do professor na confecção dos materiais eficazes?** Isto quer dizer: como devem ser os materiais de ensino para que possam ser utilizados satisfatoriamente pelo aluno sem que tenha a presença do professor? Por um lado, a resposta acha-se na utilização dos multimeios como recursos complementares. Por outro,

numa explicitação maior nos materiais impressos. O que não cabe no livro impresso deve caber no programa de TV ou na transmissão radiofônica ou em algum outro meio utilizado em paralelo com os livros impressos. Os livros devem ter sempre os exercícios resolvidos ou conter sugestões alternativas de solução. O que não pode ocorrer é a entrega ao aluno de materiais que ele não entende. Portanto, o respeito ao nível intelectual e cultural do público visado é o segredo para evitar a incompreensão e o desânimo do telealuno, por exemplo.

(b) Qual a linguagem ou a variante a ser usada para atingir todo o país e respeitar a variedade lingüística?

Esta é uma das questões mais intrigantes, pois ao mesmo tempo em que se é levado a respeitar a variação lingüística, também se tem consciência de que a escola deve proporcionar ao aluno as condições ideais de aprender a variedade padrão da escrita e, se possível, ele deve ter um contato com a fala padrão ou a norma culta. Contudo, ainda não sabemos muito bem quais são esses padrões ou essas normas, nem sabemos como transmiti-los com clareza. O problema se torna agudo no ED porque não há como o aluno perguntar e obter respostas para suas dúvidas. E isto torna quase impositiva a norma que o programa colocar como a opção correta. Parece que uma das linhas de investigação mais urgentes situa-se precisamente na resposta a esta questão que é crucial para que um curso de LP tenha frutos nas condições de ED. Pois no caso do ensino formal em sala de aula o professor ainda pode resolver uma série de problemas com a interação direta com os alunos, mas no ED isso é problemático até mesmo na recepção organizada. Um

caminho muito utilizado no *TC 2000* para superar esta situação foi um uso intenso do *dicionário* como fonte de consulta para perceber todos os tipos de variação. Mas nossos dicionários são ainda falhos sob este aspecto e deixam muito a desejar.

(c) Qual o tipo de tratamento preferencial que deverá ser dado aos materiais? Deve ser tratada a gramática na sua forma pura e tradicional ou será preferível trabalhar as questões textuais e com isto introduzir muitos exercícios de produção textual? Imagino que um dos caminhos mais produtivos seja retextualizar o mais possível, confrontando textos de vários tipos, estilos e registros, transformando um no outro. Isto faria com que os alunos treinassem a produção textual e a leitura (compreensão). Importante, em todos os casos, é considerar situações e condições de produção textual reais, extraídas do dia a dia. O uso de textos da vida diária é uma boa solução, mas não deve trivializar o ensino, nem nivelar por baixo, pois a literatura também deve ser contemplada. Também não deve ser esquecido que um pouco de gramática, evitando, é claro, o excesso de metalinguagem, é aconselhável. Mas de uma maneira geral, é comprovado que o ensino gramatical puro e simples não tem utilidade alguma para a produção textual ou para a compreensão de texto.

Estes problemas devem ser resolvidos no contexto de um quadro mais amplo, ou seja, no contexto da definição das condições de acompanhamento e avaliação previstas para o ED. Veja-se que este ensino, apesar de não ser formal, deve responder a algumas das demandas do ensino formal sobretudo no conteúdo e no rendimento

final. Por isso, os materiais devem levar em conta que no final de um curso precisa haver uma aprendizagem passível de verificação em um teste.

Certamente, todos estes problemas são mais facilmente resolvidos quando colocamos objetivos menos ambiciosos, tais como uma abrangência mais modesta, por exemplo, uma região ou um estado ou um município. Aí várias questões ficam facilitadas e as dificuldades diminuem, embora não de todo, já que a variação lingüística é um fato inclusive no microcosmo de uma sala de aula de um lugarejo no interior de uma cidade rural deste nosso Brasil.

8. Observações finais

O tema desta Mesa-Redonda era: *Perspectivas do ensino à distância no Brasil*. Espero que pelo menos o quadro geral das questões básicas relativas ao ED de Língua Portuguesa esteja aí colocado. Quanto às perspectivas que isto pode suscitar, trata-se, neste momento, ainda de um exercício difícil.

Contudo, minha experiência na confecção dos materiais de LP para o *TC 2000* e a repercussão já verificada neste primeiro ano mostram que a expectativa pode ser muito positiva, desde que pelo menos estas condições sejam atendidas:

1. clareza quanto ao público a que se destina o programa de ED (no caso do *TC 2000*, uma observação positiva constante por parte dos alunos é a de que os materiais são para adultos, pois em geral o ensino era feito

com materiais que, no máximo, contemplavam um público adolescente);

2. **clareza quanto aos objetivos que se tem em mente com o ED** (não se pode fazer um trabalho com objetivos genéricos e pouco desenvolvidos, pois isto desgasta o aluno e leva a uma perda de rumos);

3. **clareza quanto à abrangência e diversidade dos materiais produzidos** (a pior coisa num curso de ED é a monotonia de materiais e o etnocentrismo dos dados trabalhados);

4. **clareza quanto aos diversos meios disponíveis** (isto quer dizer que cada meio tem um potencial diversificado e os meios devem agir complementamente para atuar de forma mais produtiva no conjunto).

Seja qual for a capacidade dos indivíduos de produzirem os materiais, uma coisa é certa: o ED é uma proposta ainda muito cara para realização em grande escala no país como um todo e é bem provável que o mais indicado seja partir para iniciativas setorializadas e regionais, o que minimiza a maioria dos problemas e facilita a própria definição dos problemas centrais acima mencionados.